Recebido na CACDLG por e-mail a 17-11-2022 Registo I_COM1XV/2022/114 de 17-11-2022 Bloco de Esquerda Grupo Parlamentar

Aprovado por unanimidade na reunião da CACDLG de 30 de novembro de 2022, na ausência do PAN e do L

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Fernando Negrão

S. Bento, 17 de novembro de 2022

Assunto: Audição do Senhor Ministro da Administração Interna quanto às denúncias de atos ilícitos praticados por membros da PSP e GNR

Um consórcio de jornalistas de investigação denunciou, no dia de ontem, a existência de mensagens racistas, xenófobas, misóginas, assim como de apelos diretos à violência, em grupos de polícias da PSP e militares da GNR nas redes sociais. Esta investigação, publicada na SIC, no Setenta e Quatro, no Expresso e no Público, resulta de uma base de dados com a identificação de 591 agentes e oficiais da PSP e da GNR que terão, pública e sistematicamente, violado a lei.

Muitos dos comportamentos relatados configuram mesmo a prática de crimes como discriminação e incitamento ao ódio e à violência, ameaça, incitamento à desobediência coletiva, coação contra órgãos institucionais, difamação, discriminação racial e religiosa, incitamento à alteração violenta do Estado de direito, entre outros. A confirmarem-se, por incitarem ao ódio e apresentarem uma ameaça explícita à segurança de terceiros, os comportamentos de membros das forças de segurança relatados assumem uma enorme gravidade e constituem uma grosseira e flagrante violação da lei, da Constituição e uma afronta ao Estado de Direito.

Qualquer comportamento ilícito por parte de membros das forças de segurança é absolutamente intolerável, sob pena de colocar em causa a confiança e a credibilidade de

uma instituição basilar do Estado, que, nos termos da lei, detém o monopólio do uso da força.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente do Senhor Ministro da Administração Interna na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias.

O Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares